

# **IMPACTOS DAS GUERRAS IDEOLÓGICAS ESTADUNIDENSES: CONSERVADORISMO, EVANGELISMO E A ASCENSÃO DA NOVA DIREITA NO MANDATO DE JAIR BOLSONARO**

***Haia Ayman Shahadeh<sup>1</sup>***

**Resumo:** O artigo analisa os impactos das guerras ideológicas estadunidenses (contra o comunismo, as drogas e o terrorismo) no Brasil, com foco no conservadorismo, evangelismo e extrema-direita. Destaca a ascensão de uma nova direita, impulsionada pelo apoio dos EUA desde a Guerra Fria, com sua intervenção nas ditaduras militares. O estudo, que integra uma pesquisa para uma futura tese, explora como o pensamento político brasileiro foi influenciado por essa intervenção, levando à polarização interna, acentuada durante o mandato de Jair Bolsonaro. A eleição de Bolsonaro contou com apoio de grupos como evangélicos e militares, sendo vista como uma solução para a crise política e social. A metodologia utilizada é qualitativa e histórica, baseada em fontes secundárias e escalas geográficas de Neil Smith. O estudo está dividido em três tópicos: o impacto das Ditaduras Militares e da Redemocratização, o mandato de Bolsonaro e seus princípios, e a análise do neoconservadorismo e da crise de hegemonia. A hipótese central sugere que Bolsonaro consolidou a "nova direita" como força hegemônica no Brasil, refletindo um fenômeno global de ascensão da direita.

**PALAVRAS-CHAVES:** Polarização Política; Extrema-direita; Crise de Hegemonia; Neoconservadorismo; Guerras Ideológicas.

---

<sup>1</sup> Doutoranda e Mestre em Integração Contemporânea da América Latina pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA); Graduada em Geografia pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). E-mail: [haiashehadeh1996@gmail.com](mailto:haiashehadeh1996@gmail.com)

## **IMPACTS OF U.S. IDEOLOGICAL WARS: CONSERVATISM, EVANGELISM, AND THE RISE OF THE NEW RIGHT DURING JAIR BOLSONARO'S PRESIDENCY**

**Abstract:** The research analyzes the impacts of U.S. ideological wars (against communism, drugs, and terrorism) on Brazil, focusing on conservatism, evangelism, and the far-right. It highlights the rise of a new right, driven by U.S. support since the Cold War, particularly through its intervention in military dictatorships. The research explores how Brazilian political thought was influenced by this intervention, leading to internal polarization, which was accentuated during Jair Bolsonaro's presidency. Bolsonaro's election was supported by groups such as evangelicals and the military, and he was seen as a solution to the political and social crisis. The methodology used is qualitative and historical, based on secondary sources and Neil Smith's geographic scales. The study is divided into three topics: the impact of the Military Dictatorships and Democratization, Bolsonaro's presidency and its principles, and an analysis of neoconservatism and the crisis of hegemony. The central hypothesis suggests that Bolsonaro consolidated the "new right" as a hegemonic force in Brazil, reflecting a global phenomenon of the rise of the right.

**KEYWORDS:** Political Polarization; Far-right; Crisis of Hegemony; Neoconservatism; Ideological Wars.

## 1 INTRODUÇÃO

O artigo tem como objetivo refletir sobre o impacto das três guerras ideológicas estadunidenses (contra o comunismo, as drogas e o terrorismo) no Brasil, abordando temas como conservadorismo, evangelismo e extrema-direita, que integram uma pesquisa de doutorado em desenvolvimento. Destaca-se, assim, a ascensão de uma nova direita no país, associada a esses três princípios, e impulsionada pelo apoio dos EUA desde a Guerra Fria, com seu apoio às ditaduras militares na América do Sul. Essa intervenção foi justificada pela necessidade de conter a expansão comunista, influenciando profundamente o pensamento político brasileiro e alimentando uma polarização interna, que ganhou destaque nos últimos anos, sobretudo durante o mandato de Jair Messias Bolsonaro.

Sua eleição contou com o apoio de grupos como a Igreja Católica, evangélicos, defensores da família tradicional e militares. Em um contexto de crise política e social<sup>2</sup> – cuja ocorrência, embora ancorada em elementos concretos, foi ressignificada como discurso estratégico por setores conservadores para enfraquecer o governo anterior –, Bolsonaro foi visto como um salvador capaz de restaurar a ordem, em especial após os escândalos de corrupção durante o mandato do PT (Partido dos Trabalhadores). O estudo também explora como Bolsonaro utilizou métodos de manipulação política inspirados em líderes internacionais, como Donald Trump, sendo notório a tentativa de fortalecer os laços com os Estados Unidos durante todo o seu mandato.

Essa lógica pode ser interpretada sob a perspectiva de Antonio Gramsci, em especial no que diz respeito a como a crise de hegemonia abre brechas para que discursos conservadores sejam rearticulados em nome da “ordem” e da “moralidade”. As guerras ideológicas dos EUA, nesse sentido, atuam como instrumentos simbólicos e materiais de reorganização ideológica, fazendo com que narrativas anticomunistas, proibicionistas e anti-islâmicas fossem assimiladas e ajustadas por setores da nova direita brasileira, resultando no projeto Bolsonarista.

---

<sup>2</sup> No Brasil, a crise política e social se agravou a partir das manifestações de 2013, da Operação Lava-Jato e, sobretudo, do impeachment de Dilma Rousseff em 2016, que levou ao governo de Temer (2016–2018). Segundo Miguel (2019), Ramos e Calandrin (2021) e Singer (2018), essa crise também foi construída como narrativa pela elite econômica, pela grande mídia e por setores conservadores, com o objetivo de desestabilizar o projeto político do PT e abrir caminho para a ascensão de uma nova direita no país.

Com isso, enfatiza-se a metodologia utilizada: trata-se de uma abordagem qualitativa e histórica, baseada na análise de fontes secundárias, como livros, artigos, teses e notícias. O período histórico abrange desde meados do século XX, ou seja, após a Segunda Guerra Mundial, até os dias atuais. Por fim, adotaram-se as escalas geográficas de Neil Smith (2002)<sup>3</sup> como método para o estudo: a escala global, caracterizada por interconexões que transcendem fronteiras nacionais; a escala nacional, construída por meio da cooperação política e militar, bem como pela competição entre Estados; e, finalmente, a escala regional, vista como uma subdivisão da escala nacional, considerando as particularidades econômicas, culturais e sociais de uma área específica.

O trabalho foi dividido em três tópicos. O primeiro inicia-se com as Ditaduras Militares até a Redemocratização, com o objetivo de compreender os primeiros passos da nova direita no Brasil. O segundo tópico destaca o mandato de Jair Bolsonaro e os princípios políticos que o ajudaram em sua eleição, conferindo uma nova face à direita brasileira. Por fim, abordam-se conceitos como neoconservadorismo e crise de hegemonia, para entender como a extrema-direita se apoia nesses processos, ampliando a influência estadunidense no Brasil.

Em relação à hipótese, a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 representou um ponto de inflexão na política brasileira, consolidando a "nova direita" como uma força hegemônica no país e transformando a dinâmica política interna, especialmente em relação ao alinhamento entre o conservadorismo evangélico e as Forças Armadas. Já a justificação para a realização deste artigo se fundamenta na necessidade de entender o fenômeno do "bolsonarismo" não apenas como um movimento político doméstico<sup>4</sup>, mas

<sup>3</sup> Neil Smith (2002) sugere uma análise das escalas geográficas enquanto construções sociopolíticas, destacando que elas não são neutras, mas resultados de relações de poder e processos históricos. Destaca-se que a produção e a transformação das escalas ocorrem em meio a conflitos entre atores locais, nacionais e globais, que alteram o espaço geográfico. Este ponto de vista é fundamental para entender as dinâmicas discutidas neste artigo, pois possibilita compreender como o período da Guerra Fria, a emergência do anticomunismo, os regimes ditatoriais, o processo de redemocratização, os governos do PT, o impeachment de 2016, a gestão de Bolsonaro, além das estratégias geopolíticas – incluindo a guerra às drogas e ao terrorismo –, são formados e concretizados em diversas escalas, e ao identificá-las, é possível analisar como o poder se manifesta e se articula do nível global ao local e regional.

<sup>4</sup> Essa tendência é perceptível em outros países latino-americanos. Na Argentina, o presidente Javier Meli, que se autodenomina anarcocapitalista, divide com Bolsonaro uma retórica populista de extrema direita, que se destaca por uma postura agressiva contra a esquerda e, evidentemente, por uma aliança com Donald Trump (Grimberg, 2024). Já no Paraguai, "Payo" Cubas, apelidado de "Bolsonaro paraguaio", conquistou 23% dos votos nas eleições presidenciais de 2023, terminando em terceiro

também como parte de um contexto global de ascensão de movimentos de direita, e como isso afeta as relações internacionais e a construção da identidade política do Brasil.

Com isso, pretende-se inicialmente abordar as três guerras ideológicas que marcaram profundamente o cenário político e social contemporâneo. A Guerra ao Comunismo transformou o contexto político e econômico mundial no pós-Segunda Guerra Mundial (1939–1945), consolidando os Estados Unidos e a União Soviética como superpotências em uma ordem bipolar que deu início à Guerra Fria (1947–1991). Durante esse período, os EUA implementaram o Plano Marshall para reconstruir a Europa Ocidental e conter o avanço do comunismo (Munhoz, 2020). Alianças militares, como a OTAN, foram criadas para garantir a estabilidade regional e combater a influência soviética (Hobsbawm, 1995). Essa competição ideológica se estendeu ao sul global, onde os EUA apoiaram movimentos anticomunistas e financiaram golpes militares em países como Brasil, Chile e Argentina (Bradley, 2010). No entanto, a disputa culminou em crises econômicas que contribuíram para o colapso da URSS em 1991 (Latham, 2010).

Em seguida, a Guerra às Drogas emergiu como resposta à crescente influência do tráfico internacional. Na década de 1970, os Estados Unidos lideraram a criação de políticas de controle de drogas, incluindo a formação da *Drug Enforcement Administration* (DEA) e acordos multilaterais de repressão (Ribeiro, 2000; Guzzi, 2008). Declarada por Richard Nixon como um combate ao “inimigo público número um” e intensificada por Ronald Reagan, essa guerra focou na repressão em países produtores, sobretudo na América do Sul, ignorando as dinâmicas de consumo interno nos EUA. Sob a justificativa de promover a democracia e os direitos humanos, a política proibicionista teve sérias consequências sociais e políticas nos países periféricos.

Por fim, a Guerra ao Terror, oficialmente iniciada após os ataques de 11 de setembro de 2001, apresentou um novo inimigo, difuso e onipresente. Baseando-se na doutrina do “Choque de Civilizações” de Samuel Huntington, os EUA justificaram intervenções militares no Oriente Médio como necessárias para proteger os valores ocidentais das ameaças islâmicas (Huntington, 1997). As invasões do Afeganistão em

---

lugar. Sua campanha, marcada por sugestões radicais, como a implementação da pena de morte e a dissolução do Congresso (Izquierdo, 2023; Nandutí, 2023).

2001 e do Iraque em 2003 são marcos dessa estratégia (Friedman, 2012). Apesar de remover regimes como o Talibã e Saddam Hussein, essas ações resultaram no caos regional e no fortalecimento de grupos terroristas como o Estado Islâmico (Cockburn, 2018). Na América do Sul, essa política intensificou operações militares e policiais, além de reforçar estigmas contra o povo árabe-muçulmano.

## **2 Da Ditadura Militar à Redemocratização: Os Primeiros Passos da Nova Direita**

O debate se inicia com uma análise dos acontecimentos dos anos 1960, com destaque para as ditaduras militares na América do Sul. Segundo Ramos e Calandrin (2021), uma das justificativas para a ocorrência dessas ditaduras foi a ascensão do conservadorismo na região, acompanhada pelo fortalecimento da direita política e pela insatisfação das elites com os governos da época. Os Estados Unidos também tiveram um papel crucial ao financiar tais regimes para atender aos seus interesses hegemônicos durante a Guerra Fria (1947 – 1991), marcada pela disputa ideológica entre capitalismo e comunismo. Alegando a necessidade de conter a expansão comunista globalmente, os EUA não hesitaram em intervir em governos democraticamente eleitos, e estratégia repetida na América do Sul e em outras regiões, como o Oriente Médio.

No Brasil, a ditadura militar (1964 – 1985) foi impulsionada por uma aliança entre representantes da direita liberal, que buscavam ampliar seu poder político; a Igreja Católica e grupos evangélicos, interessados em fortalecer sua influência moral e social; além da imprensa e da classe média, que viam nas Forças Armadas os únicos salvadores capazes de enfrentar a chamada “ameaça comunista”, que passou a ser associada, posteriormente, ao terrorismo, à violação dos direitos humanos e à destruição da democracia (Fausto; Devoto, 2014). Essa narrativa foi amplamente influenciada pelos princípios capitalistas promovidos pelos Estados Unidos durante a Guerra Fria.

Não por acaso, nos anos 1980, o Republicano Ronald Reagan, então presidente dos EUA, introduziu um discurso que combinava anticomunismo, nacionalismo cristão e a idealização de um passado mítico estadunidense, alinhando-se à visão evangélica do poder masculino (Du Mez, 2022). Isso intensificou a colaboração das organizações evangélicas com a direita nacionalista, tornando-se mais ativa em diversos temas geopolíticos, como o conflito entre Palestina e Israel, consolidando fortes vínculos com o sionismo (Lacerda, 2022). Esses valores foram assimilados pela classe dominante

brasileira da época e ecoaram novamente em 2018, durante a eleição de Jair Messias Bolsonaro. De maneira geral, no contexto da Guerra Fria, o inimigo não estava apenas fora das fronteiras, mas também dentro das sociedades, criando uma divisão ideológica que alimentava a polarização da política interna.

A ascensão de discursos conservadores e anticomunistas, como os promovidos por Reagan, encontrou ressonância nas igrejas evangélicas brasileiras, especialmente nas pentecostais, como a Assembleia de Deus. A dualidade entre capitalismo e comunismo, simbolizada por Washington e Moscou, foi reinterpretada pelas igrejas, que acrescentaram uma dimensão espiritual a essa polarização, tanto em escala nacional quanto global, interpretando-a como uma luta entre "Deus e o diabo". Para muitos evangélicos, o golpe militar foi considerado a melhor alternativa para proteger o Brasil das forças "demoníacas" do comunismo e do poder militar da URSS (Lacerda, 2022).

Vale ressaltar que essa visão não se originou exclusivamente no meio evangélico, onde foi posteriormente ressignificada, já que inicialmente foi promovida pela Igreja Católica. Segundo Galindo (2014), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) demonstrou apoio à tomada do poder pelos militares, embora sem um reconhecimento oficial desse posicionamento. Além da CNBB, o papa Paulo VI, como autoridade máxima da instituição, também se manifestou a favor da ditadura. Ademais, o autor argumenta que há registros de que a Igreja recebeu financiamento da CIA (*Central Intelligence Agency*) com a finalidade de fomentar as "Marchas da Família com Deus pela Liberdade", movimento que visava defender a sociedade brasileira da "comunização".

Esses religiosos, que adotaram uma postura hegemônica, deram apoio quase unânime ao golpe de Estado de 1964, sendo até considerados sustentáculos civis da ditadura (Freston, 1993). Para os evangélicos, sobretudo na América Latina, seu trabalho era visto (e ainda é) como parte de uma missão bíblica, alinhando o desejo de propagar sua fé com as ambições hegemônicas dos EUA. Segundo Christina Vital da Cunha (2008), o crescimento do pentecostalismo, principalmente a partir da década de 1960 nos países periféricos/falidos, sugere uma relação com a desigualdade e a vulnerabilidade social. Esse poder parece expandir-se em contextos marcados pela precariedade político-social.

Embora tenham tido um impacto significativo no campo econômico, as ditaduras militares afetaram profundamente as questões sociais. Durante esse período, políticos, professores, estudantes, sindicalistas e todos aqueles considerados "subversivos" foram perseguidos e vigiados, sob a justificativa de se combater o comunismo. O regime empregou uma violência brutal, não apenas para reprimir esse grupo por meio de tortura e execução, mas também para submeter a população a um estado constante de medo e terror, impondo uma disciplina social (Osório, 2020). Nesse contexto, o poder político se valeu da força em nome de um suposto "bem comum".

É fundamental ressaltar que os responsáveis por atos de repressão, sequestro e tortura no Brasil, em sua grande maioria, nunca foram julgados. Muitos desses indivíduos ainda têm ruas, avenidas e edifícios nomeados em sua homenagem (Ramírez, 2011). Esse resquício de impunidade fomenta, ainda hoje, o retorno e fortalecimento do conservadorismo e da extrema direita, que cultivam uma nostalgia pelo passado e defendem a ampliação do aparelho militar (Pires; Viola, 2019; Ramirez, et al., 2024). Esses grupos aspiram a um Estado que se submeta às relações de poder dos países centrais e imperialistas, especialmente os Estados Unidos, abraçando um capitalismo ocidental dependente, como destacado por Maíra Bichir (2017).

Após o fim da ditadura militar na América Latina, inicia-se um período marcado pela chamada transição à democracia, caracterizado pela redemocratização de governos militares ou autoritários, dando lugar a governos eleitos por meio de consultas eleitorais. Esse processo foi viabilizado por mudanças e reformas que aceleraram a formação de novos partidos políticos e a criação de censos eleitorais, além de organismos responsáveis por garantir a equidade formal nas campanhas eleitorais (Osório, 2020). Na primeira década do século XXI, observou-se um notável crescimento de políticas de esquerda na região, num movimento conhecido como “Maré Rosa”<sup>5</sup>, que

---

<sup>5</sup> A chamada “maré rosa” ou “giro à esquerda” refere-se à ascensão de governos de esquerda ou centro-esquerda na América Latina desde o final da década de 1990. Esse fenômeno foi marcado por eleições democráticas vitoriosas e pelo foco em políticas públicas destinadas a reduzir as desigualdades, fortalecer o papel do Estado, promover a integração regional e contestar o neoliberalismo que vigorava anteriormente, embora de maneira diferentes em cada país (Rodríguez, 2021). O movimento começou com a eleição de Chávez na Venezuela (1998), seguido por Lula no Brasil (2002), Néstor Kirchner na Argentina (2003), Tabaré Vázquez no Uruguai (2004), Evo Morales na Bolívia (2005), Michelle Bachelet no Chile (2006), Rafael Correa no Equador (2006), Daniel Ortega na Nicarágua (2006), Fernando Lugo no Paraguai (2008) e Mauricio Funes em El Salvador (2009) (Oliveira, 2020).

trouxe consigo formas democráticas mais eficazes para enfrentar as desigualdades (Ramos; Calandrin, 2021).

No Brasil, a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002 marcou o início de um governo progressista voltado para causas sociais. Foram implementados projetos que priorizavam a conciliação de classes, com ênfase na melhoria das condições de vida das populações mais pobres, elevação de salários, geração de empregos e criação de novas universidades, beneficiando principalmente a classe trabalhadora (Osório, 2020). No entanto, o governo também manteve privilégios para setores poderosos do capital, como o financeiro, industrial e de comércio exterior. Embora tenha decidido estreitar as relações com outros países do Cone Sul por meio de blocos econômicos e regionais como o MERCOSUL e a UNASUL, o Brasil não conseguiu se desvincular totalmente da influência estadunidense.

Exemplo disso é a manutenção de acordos de cooperação militar e de defesa, que ocorreram durante os mandatos de Lula (2003–2011) e foram intensificados nos anos seguintes. Destacam-se os intercâmbios e exercícios conjuntos, como os treinamentos navais UNITAS (Martini, 2009) e, mais recentemente, o *Combined Operation and Rotation Exercise* (CORE), voltado para a integração entre tropas e o fortalecimento da presença militar (Azevedo, 2023). Outro aspecto dessa colaboração é o uso de tecnologias estadunidenses no monitoramento da Amazônia, especialmente por meio de satélites (Dreger, 2009; Forbes Brasil, 2023).

Soma-se a isso a constante dependência de mercados e capitais externos, com os Estados Unidos sendo o maior investidor na América Latina, representando 38% do total de investimentos diretos em 2022 (ECLAC, 2023). Esse aporte se destaca particularmente nos setores de exportação e financeiro, ampliando sua participação nos processos de privatização de empresas públicas na região (Pinto; Guimarães, 2004). Ademais, a influência diplomática dos EUA<sup>6</sup> em países como Chile, Colômbia e Peru limitou o avanço de uma integração regional mais autônoma (Nery, 2021).

---

<sup>6</sup> Trata-se de uma influência que se manifesta de diversas maneiras, como o alinhamento desses países à Aliança do Pacífico – bloco regional que prioriza acordos de livre comércio e políticas econômicas neoliberais – facilitando a abertura de mercados e o fortalecimento de relações comerciais com os Estados Unidos, cujos interesses são amplamente atendidos por essa orientação (Nery, 2021).

Após 13 anos de governo do PT, os projetos políticos em curso começaram a dar sinais de esgotamento diante das insatisfações vindas de distintos setores da sociedade, culminando em uma crise política e econômica marcada por diversas contradições. Embora a elite nacional tenha reagido por temer a perda de seus privilégios diante do avanço das políticas redistributivas, também houve crescente frustração entre as camadas médias e os movimentos populares emergentes, que não tiveram suas expectativas sociais totalmente atendidas (Ramos; Calandrin, 2021; Toquetti, 2023).

Essas tensões foram refletidas nas manifestações de junho de 2013, que apresentaram uma característica peculiar: a de congregar cidadãos com orientações políticas diferentes, tanto de esquerda quanto de direita. O principal catalisador foi a demanda pela redução das tarifas do transporte público, como ônibus e metrô, mobilizando um grande número de trabalhadores jovens precarizados, alguns dos quais passaram a adotar discursos e práticas conservadoras (Toquetti, 2023; Oliveira, 2017).

É interessante notar que esses protestos ocorreram em um momento de relativa estabilidade econômica. A taxa média de desemprego em 2013 foi de 5,4%, a menor desde 2002 (Agência Brasil, 2014). A inflação, apesar das pressões, permaneceu em um nível relativamente estável, atingindo 5,91% no ano (Agência IBGE Notícias, 2014). Roque e Patrício (2018) destacam ainda a continuidade da expansão dos serviços públicos, o aumento real do salário-mínimo em mais de 50% na década anterior e o crescimento do consumo interno, evidenciado pelo crescimento na aquisição de veículos particulares, o que contribuiu para o impacto negativo no transporte público.

De acordo com Roque e Patrício (2018), as primeiras políticas dos governos Lula tiveram efeitos significativos na produção e inclusão de novos atores sociais e políticos, sobretudo por meio da criação de universidades mais democráticas, que desempenharam um papel importante na politização dos jovens. Esse processo favoreceu o surgimento de forças intelectuais que formaram uma nova geração politizada, a qual passou a ocupar espaços antes exclusivos da elite nacional.

Isso indica que a estabilidade econômica no país, somada à inclusão de jovens em esferas anteriormente restritas à elite e ao acesso a bens culturais, tornou esses indivíduos mais “empoderados”, levando-os a se frustrar com a lentidão das mudanças ou com a percepção de estagnação social (Roque; Patrício, 2018). Dessa maneira, a crise foi exacerbada pela atuação de diferentes grupos, como a elite econômica, a mídia,

partidos de oposição, movimentos sociais, igrejas evangélicas, sindicatos e intelectuais que utilizaram intensamente os meios de comunicação convencionais, como televisão e jornais, além das redes sociais para se mobilizar.

Assim, em 2013, uma insurgência pressionou o governo do PT, desencadeando, durante o segundo mandato de Dilma, outras revoltas com propósitos distintos. Inicialmente motivados pelos gastos excessivos com a Copa do Mundo<sup>7</sup>, os protestos de 2014 e 2015 tiveram como protagonistas não os trabalhadores, mas o moral anticorrupção, a operação Lava Jato e a classe média branca que aplaudia as ações policiais nas periferias (Toquetti, 2023). A “insurgência” passou a ser protagonizada pelas classes dominantes e seus representantes políticos, que conduziram manifestações com o apoio de seus aparatos econômicos e midiáticos.

Um desses políticos foi Aécio Neves, que, insatisfeito com o resultado eleitoral, articulou forças de oposição no Congresso Nacional, particularmente com membros do PMDB. Essas articulações foram acompanhadas por um incentivo contínuo para que seus eleitores fossem às ruas protestar contra o governo reeleito (Oliveira, 2017). Ainda em 2014, a Operação Lava Jato desempenhou um papel crucial na intensificação da crise política (Ramos; Calandrin, 2021). O escândalo de corrupção serviu como instrumento para a demonização do Partido dos Trabalhadores e da esquerda em geral.

Miguel (2019) analisa esse cenário ao afirmar que a ex-presidente Dilma Rousseff foi derrubada após perder o apoio da elite econômica, da mídia, de parcelas significativas da população e do Congresso. Diversos grupos sociais pressionaram para que a Constituição passasse a abrigar seus interesses, como a bancada evangélica, grandes empresas, latifundiários e setores das Forças Armadas. O autor acrescenta que, embora não seja razoável supor que Jair Bolsonaro fosse o plano inicial dos articuladores do golpe de 2016, a mobilização agressiva da extrema direita naquele período, impulsionada por um discurso de demonização da política — que também acabaria atingindo seus próprios idealizadores —, abriu caminho para o retorno da velha elite conservadora ao poder.

---

<sup>7</sup> Para uma análise mais desse evento, veja a reportagem: R7 NOTÍCIAS. Protestos contra a Copa do Mundo levaram milhares de pessoas às ruas do Brasil em 2014. **R7 Notícias**, 18 dez. 2014. Disponível em: <https://noticias.r7.com/cidades/protestos-contra-a-copa-do-mundo-levaram-milhares-de-pessoas-as-ruas-do-brasil-em-2014-18122014/>. Acesso em: 17 maio 2025.

Dessa forma, a derrota do candidato Aécio Neves para Dilma Rousseff na eleição presidencial de 2014 gerou uma forte reação da direita brasileira, que assumiu um discurso cada vez mais conservador. O acirramento dessas tensões contribuiu para o enfraquecimento de Dilma Rousseff, ocasionando em seu impeachment em 2016. Esse episódio marcou não apenas o declínio do governo do PT, mas também representou um golpe significativo contra o partido. A esquerda ficou apreensiva diante da repressão e da perseguição promovida pelos partidos de direita, incluindo o centrão, que, por sua vez, mostrou-se incapaz de construir hegemonia na sociedade brasileira, abrindo caminho para a ascensão de Bolsonaro (Toquetti, 2023). Esse processo se consolidou com a prisão de Luiz Inácio Lula da Silva, ocorrida um ano após o golpe.

### **3 A Consolidação da Nova Direita no Brasil: Bolsonaro, Evangelismo e Conservadorismo**

Um cenário de “crise” é caracterizado não por uma “lacuna de poder”, mas por uma multiplicidade de forças em disputa, a eleição de Jair Bolsonaro como Presidente da República em 2018 representou um marco político. Sua campanha foi pautada por uma oposição vigorosa ao petismo, à esquerda (associada ao comunismo) e ao combate à corrupção, além de defender princípios neoliberais e valores ligados à direita cristã e ao evangelismo, alinhando-se às dinâmicas que caracterizam a “nova direita” brasileira.

Como indica Camila Rocha (2021), ao contrário da direita envergonhada que vem atuando no país desde a redemocratização, a nova direita não tem receio de se expressar abertamente, defendendo com entusiasmo o livre mercado e um conservadorismo difuso, unificando-se para combater a “hegemonia cultural esquerdistas”. Algumas características dessa nova direita, ainda surgida nos anos 2000, é a sua organização:

(...) em uma rede descentralizada composta de diversos grupos, movimentos, organizações, partidos, políticos, intelectuais e militantes. É uma rede que reúne desde direitistas antigos até pessoas comuns e jovens oriundos da classe média, e mesmo das classes populares, que passaram a se importar com o que acontecia no cenário político nacional nos últimos anos (Rocha, 2021, p.9).

Desde 2011, ainda como deputado federal, Bolsonaro já demonstrava alinhamento com essa “nova direita”, protagonizando uma agenda moral conservadora para setores religiosos. Nesse período, popularizou a expressão “kit gay” para criticar o Programa Escola Sem Homofobia, do então Ministro da Educação Fernando Haddad

(Lacerda, 2020). Suas declarações polêmicas reforçaram esse perfil, como a defesa da tortura e a exibição, em seu gabinete, de um cartaz com a frase: “quem procura osso é cachorro”, referindo-se aos desaparecidos políticos da ditadura militar (GIOVANAZ, 2019).

O recrudescimento dos ataques à memória da ditadura coincidiu com o lançamento do Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3, em 2009, e com a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), em 2011. Ambas as ações simbolizaram progressos relevantes na justiça de transição, já que buscaram reconhecer, investigar e esclarecer graves violações ocorridas durante o regime militar, como torturas, mortes e desaparecimentos forçados (Barros, 2020). Enquanto grupos progressistas viam como essenciais para a fortificação da democracia e a reparação às vítimas, a direita tradicional manteve-se em silêncio, e a nova direita passou a atacá-las abertamente, acusando-as de fomentar uma “narrativa revanchista” contra as Forças Armadas. Barros (2020) observa que Bolsonaro, destacou-se como um dos principais críticos dessas políticas, referindo-se à CNV como uma “grande mentira” e defendeu a repressão para conter o comunismo, exaltando os militares como defensores da democracia.

Durante o processo de impeachment de Dilma Rousseff, Bolsonaro, em seu discurso na Câmara dos Deputados, louvou Carlos Brilhante Ustra, o primeiro agente do Estado oficialmente reconhecido como responsável por sequestro e tortura no regime militar. Em diversas entrevistas, Bolsonaro deixou claro seu apreço pelo período ditatorial, afirmando que foi bom, além de mencionar com frequência os eventos da Guerra Fria e elogiar seus resultados, argumentando que “vencemos a guerra contra os inimigos, os comunistas” (Buarque, 2018)<sup>8</sup>.

Em 2016, após anunciar sua candidatura à presidência, Bolsonaro foi batizado no Rio Jordão, em Israel, pelo pastor Everaldo<sup>9</sup>, tornando-se evangélico sem abrir mão de sua identidade católica (Lacerda, 2022). Além disso, foi o primeiro candidato desde a redemocratização a mencionar Deus em seus lemas de campanha, como: “Brasil acima

<sup>8</sup> Ver: BARBA, M. D; WENTZEL, M. Bolsonaro e Ustra: ONGs pedem cassação, OAB pede retratação” BBC Brasil, 15 abr. 2016. Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415\\_bolsonaro\\_ongs\\_oab\\_mdb](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415_bolsonaro_ongs_oab_mdb). Acesso em: 17 maio 2025.

<sup>9</sup> O pastor Everaldo foi candidato à presidência pelo PSC nas eleições de 2014, obtendo cerca de 0,75% dos votos válidos (Gonçalves, 2015).

de tudo, Deus acima de todos” e “Deus, Pátria e Família”. Essa estratégia política tinha como objetivo não apenas atrair eleitores de direita com ideais conservadores, mas também consolidar sua imagem como o “escolhido de Deus”, capaz de salvar o país da crise, do PT e da esquerda em geral, associados a pautas progressistas.

Essa formação simbólica foi além de slogans e gestos pontuais. Segundo Junior (2024.), a imagem de Jair Bolsonaro foi construída com base na representação de um indivíduo de fé, que orientava suas decisões políticas a partir de valores religiosos. Essa identificação, argumenta o autor, conferiu ao então presidente uma forma de legitimação perante setores conservadores ligados às igrejas, permitindo a instrumentalização dos direitos humanos sob uma perspectiva moral. Nessa lógica, passou a ser visto por muitos fiéis evangélicos e neopentecostais como um símbolo político-religioso, assumindo contornos messiânicos ao se apresentar como um líder destinado a conduzir o povo à salvação, a qual, por sua vez, estaria vinculada ao combate à corrupção e à proteção do país contra o que era percebido como uma ameaça comunista. A construção dessa imagem heroica, cultivada pelo próprio Bolsonaro, exerceu forte apelo entre os segmentos mais conservadores da sociedade brasileira (Junior, 2024).

De qualquer maneira, essa estratégia política atraiu eleitores de direita e fortaleceu a “nova direita”, caracterizada pela oposição a pautas como os direitos LGBTQIA+, o feminismo, a igualdade de gênero, as políticas de igualdade étnico-racial, a desriminalização das drogas, o aborto e a defesa do meio ambiente (Burity, 2020). Não por acaso, a vitória de Bolsonaro no primeiro turno foi sustentada por grupos como evangélicos, defensores da família tradicional, o empresariado — sobretudo do setor do agronegócio —, integrantes das Forças Armadas, das polícias e de movimentos liberais.

Destaca-se, entre os grupos que apoiaram Bolsonaro, os evangélicos, cuja influência foi significativa nas eleições. Esse impacto foi reforçado pela atuação de lideranças expressivas, como Silas Malafaia, da Assembleia de Deus, e Edir Macedo, da Igreja Universal do Reino de Deus, além da forte presença de representantes evangélicos na bancada do Congresso Nacional (Lacerda, 2022). Dados do Datafolha mostram que 70% dos votos válidos desse grupo foram destinados a Bolsonaro (Folha de S. Paulo, 2018), evidenciando uma transformação na política brasileira, já que, nas eleições anteriores, o voto evangélico era mais dividido entre PT e PSDB.

É um poder político que não se limita à força bruta para atingir os objetivos desejados, pois engloba também uma dimensão ideológica capaz de exercer influência sobre o comportamento de um determinado grupo. Esse poder leva uma parcela relevante da sociedade a adotar ou evitar certas ações. Além disso, está intimamente ligado à legitimidade e à efetividade, pois procura uma base moral e legal amplamente aceita para o exercício de governança. Nesse contexto, o poder carismático, conforme descrito por Max Weber, ocupa um papel central, apoiando-se na autoridade de um líder visto como “divinamente inspirado” ou “providencial” (Bobbio, 1987). Isso ficou claro na vitória de Bolsonaro, em sua imagem de “salvador” que atraiu muitos eleitores, especialmente os evangélicos e os católicos da Renovação Carismática.

Essa mobilização evangélica agravou as disputas cotidianas no contexto da polarização política brasileira, gerando tensões que afetaram laços de amizade, trabalho e família. As redes sociais desempenharam um papel crucial nesse processo, amplificando conflitos interpessoais sobre temas políticos e morais, além de se tornarem espaços para a divulgação de publicações expostas contra os grupos-alvo dessa “nova direita” e para a propagação de *Fake News* — sobretudo por meio de plataformas como o WhatsApp e Twitter (Souza, 2024; Sotero, 2020)<sup>10</sup>. Esse cenário também contribuiu para o surgimento de canais extremistas no YouTube e no TikTok, que promoviam um conjunto de crenças e teorias da conspiração, inspiradas nas táticas de manipulação política vistas nos EUA.

O rápido crescimento dos pentecostais no Brasil tem sido notável. Segundo o Censo Demográfico de 2010, conduzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os evangélicos representavam 22,2% da população brasileira, somando cerca de 42,3 milhões de pessoas. Esse total aponta um aumento considerável em comparação ao Censo realizado em 2000, quando a porcentagem de evangélicos era de 15,4% (IBGE, 2010). Ademais, um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), divulgado em 2023, revelou que, entre os 124.529 estabelecimentos religiosos registrados no Brasil em 2021, 52% pertenciam a denominações evangélicas

---

<sup>10</sup> De acordo com Recuero *et al.* (2021), ambas as plataformas, o Twitter e o WhatsApp, foram dois canais importantes para a campanha presidencial de Bolsonaro, que envolveram disseminação de conteúdo falso. O Twitter era um espaço relevante para os políticos e seu discurso “oficial”, ao mesmo tempo em que abrigava muitos apoiantes e, frequentemente, disputas de hashtags entre diferentes visões políticas. O WhatsApp, por outro lado, era um ambiente mais “privado”, geralmente utilizado para divulgar informações a familiares e amigos e para participar de grupos de mídia “alternativa”.

pentecostais ou neopentecostais, mostrando a continuidade dessa expansão (Ipea, 2023).

Prometendo ser uma solução para superar a “crise política”, Bolsonaro passou a ser visto por seus eleitores como tal, culminando no surgimento do movimento conhecido como “bolsonarismo” – caracterizado pela forte aversão ao PT e pela adesão às causas conservadoras. Esse movimento se consolidou como uma abordagem governamental que mesclava populismo, nacionalismo e defesa de princípios tradicionais associados frequentemente ao cristianismo evangélico e às Forças Armadas (Santos *et al.*, 2020).

É importante ressaltar que a eleição de Donald Trump foi um marco decisivo para o estabelecimento do “bolsonarismo” nas eleições de 2018, pois Bolsonaro adaptou e utilizou amplamente métodos de manipulação inspirados na política estadunidense, como o discurso de ódio, o extremismo conservador e a retórica anticomunista (Souza, 2024).

O mandato de Bolsonaro impactou tanto a política interna quanto as relações internacionais do Brasil, em particular com os países da América do Sul, ao adotar uma postura excludente em relação aos governos de esquerda e alinhar-se a uma agenda elitizada (Ramos; Calandrín, 2021). Paralelamente, buscou fortalecer os laços com os EUA, embora essa estratégia tenha revelado uma dependência ainda maior do país.

Essa orientação política reforça a imagem de um Brasil colonizado, dependente e periférico, sustentado por ideais conservadores que procuram desarticular raízes populares e enfraquecer a resistência à histórica condição de subordinação. De acordo com Lima, Ferreira e Silva (2023), essa postura se manifesta em um alinhamento incondicional à política externa dos Estados Unidos, configurando o que Paulo Henrique Amorim denominou de “diplomacia da vassalagem”. Entre os principais traços dessa conduta internacional, segundo o autor, destacam-se o negacionismo ambiental e científico, bem como a negação dos direitos humanos e dos direitos dos povos indígenas.

Esse posicionamento político adotado pelo Brasil contribuiu para reforçar sua subordinação a preconceitos e narrativas excludentes no cenário internacional, ao se vincular às estratégias geopolíticas dos EUA, uma potência que, desde a Guerra Fria, tem utilizado o combate ao comunismo, às drogas e ao terrorismo como instrumentos

de dominação global, priorizando seus próprios interesses hegemônicos (Shahadeh, 2023).

#### **4 Crise de Hegemonia e o Neoconservadorismo: A Influência Estadunidense no Brasil**

Retomando a discussão sobre a ascensão dessa “nova direita”, embora tenha surgido nos anos 2000 (Rocha, 2021), não é coincidência que tenha se acentuado durante um período de crise política no país. Souza (2024) argumenta que crises, independentemente de sua natureza, costumam ameaçar as classes dominantes, criando condições para o avanço ideológico e político do conservadorismo. Essa aparência é descrita por Gramsci como uma “crise de hegemonia” (1978), que envolve uma crise estatal e das formas de organização política, ideológica e cultural da classe dirigente. A manifestação mais visível dessa crise é a desestabilização de partidos políticos e coalizões governamentais, dificultando a formação de uma direção política estável (Bianchi, 2016). Entretanto, uma crise de hegemonia não se caracteriza por um “vazio de poder” que pode ser ocupado por qualquer um, mas pela coexistência e disputa entre múltiplos poderes.

É nesse contexto de crise que se pode compreender a teoria situacional de Huntington<sup>11</sup>, que sustenta que o conservadorismo é posicional, surgindo em resposta às demandas específicas de cada período histórico. Segundo ele, o conservadorismo é um produto de intensos conflitos ideológicos e sociais, emergindo quando forças sociais desafiam a ordem e se tornam suficientemente relevantes para ameaçar as instituições. Assim, atua como uma forma de resistência às mudanças, especialmente no âmbito social (Huntington, 1957 *apud* Lacerda, 2018). Adicionalmente, é importante mencionar o estudo de Júnior (2019), que examina as ideias políticas do pensador brasileiro Antônio Ferreira Paim, um dos principais representantes contemporâneos do conservadorismo, o qual o comprehende como um projeto para o futuro baseado em um modelo político-econômico pautado nas privatizações neoliberais e em um pluralismo político controlado.

---

<sup>11</sup> Samuel P. Huntington (1927-2008) foi um cientista político estadunidense, conhecido por suas contribuições nas áreas de teoria política, relações internacionais e estudos sobre o conservadorismo. Lecionou na Universidade de Harvard e é autor de obras influentes, como *The Clash of Civilizations* (1996) e *Political Order in Changing Societies* (1968).

Dessa forma, ganha relevância o conceito de “neoconservadorismo”, inicialmente formulado nos Estados Unidos entre os anos de 1970 e 1980 como uma reação à chamada 'Nova Esquerda', aos movimentos sociais e às transformações culturais do pós-guerra, e impulsionado por pensadores como Irving Kristol<sup>12</sup>. Parte da agenda oficial do Partido Republicano, bem como da política de Estado durante a administração de Ronald Reagan (Moll, 2021), o neoconservadorismo caracteriza-se pela priorização de políticas de segurança e financeiro em detrimento de investimentos sociais. Com um ideário privatista<sup>13</sup>, ele adota uma postura anti-libertária, desconsiderando os direitos humanos e promovendo a interferência estatal na vida pessoal, especialmente em relação a grupos-alvo da direita. Alinhado ao neoliberalismo, o neoconservadorismo rejeita políticas de redução das desigualdades e desresponsabiliza o Estado pelo bem-estar social, transferindo-se para o mercado a solução de problemas coletivos (Lacerda, 2018).

Durante seu governo, Bolsonaro fortaleceu práticas como a privatização de empresas públicas e a transferência de serviços essenciais para a iniciativa privada, aprofundando as desigualdades ao associar o bem-estar à lógica de eficiência e lucro, enquanto limitava a atuação do Estado à segurança do capital e à manutenção de estruturas de defesa militar e policial. Apesar disso, em meio à pandemia de COVID-19, foram executados alguns projetos sociais devido à considerável pressão de outros grupos políticos, em particular do Congresso Nacional, composto por partidos de esquerda e setores do centrão. Uma das principais foi o Auxílio Emergencial (Brasil, 2020), uma política de transferência de renda que teve efeitos significativos no curto prazo e que evidenciou as distorções do modelo neoliberal que estava sendo praticado. Ao longo de quase quatro anos, Bolsonaro reduziu o número de estatais sob controle da União de 209 para 133, privatizando cerca de um terço dessas empresas (Konchinski, 2022)<sup>14</sup>.

---

<sup>12</sup> Irving Kristol (1920–2009) foi um escritor, jornalista e intelectual estadunidense, reconhecido como o fundador do neoconservadorismo. Entre suas obras mais importantes estão *Two Cheers for Capitalism* (1978) e *Neoconservatism: The Autobiography of an Idea* (1995).

<sup>13</sup> Valorização do poder privado.

<sup>14</sup> Durante o governo Bolsonaro, foram privatizadas estatais como Eletrobras, BR Distribuidora, Transportadora Associada de Gás (TAG), Nova Transportadora do Sudeste (NTS), Liquigás e Refinaria Landulpho Alves (RLAM) (Konchinski, 2022).

Essa concepção de o Estado reforçar aparatos repressivos de segurança remonta ao “idealismo punitivo”, termo usado por Greg Grandin (2006, *apud* Lacerda, 2018) para descrever a utilização neoconservadora da violência como instrumento de dominação e disciplina. Nesse contexto, a punição é vista como uma forma de poder que estabelece a ordem ao combater a criminalidade, tratada como uma escolha individual, desconsiderando os contextos político, econômico e social nos quais o indivíduo está inserido. Além disso, esse idealismo defende o armamento da população, justificando-o como uma forma de proteção dos “cidadãos de bem” contra aqueles rotulados como marginais, reforçando a ideia de desresponsabilizar o Estado dos seus deveres. Em 2019, Bolsonaro assinou um decreto que facilita a posse de armas, em que argumentou:

(...) como o povo soberanamente decidiu por ocasião do referendo de 2005, para lhes garantir esse legítimo direito à defesa, eu, como presidente, vou usar esta arma (...) infelizmente o governo, à época, buscou maneiras em decretos e portarias para negar esse direito (...) o povo decidiu por comprar armas e munições e nós não podemos negar o que o povo quis nesse momento (Mazui; Barbiéri, 2019, parágrafo 5).

A política de Bolsonaro, influenciada pelas diretrizes internas e externas dos Estados Unidos, constrói a figura de um “inimigo” que gera medo e ameaça à segurança. Esse discurso legitima a ideia de que é preciso eliminá-lo de maneira vingativa e brutal, seja ele negro, pobre, LGBTQIA+, indígena, imigrante, comunista, feminista, narcotraficante ou terrorista. Tal construção se articula com que Simioni e Kyrillos (2023), ao enfatizarem que, para derrotar esse “inimigo”, é necessário projetar algo novo e/ou uma nova política, que, nesse caso, se materializa por meio da defesa da soberania, do porte de armas, do patriotismo, do nacionalismo e dos valores da família tradicional.

A partir disso, é possível traçar um paralelo com o militarismo anticomunista da Guerra Fria, utilizado como estratégia para projetar o poder dos EUA nas relações internacionais. Como aponta Walker (1993) *apud* Leite (2013), essa política se baseia na construção de mitos, heróis, tradições e inimigos, que compõem uma narrativa excludente voltada a justificar práticas de violência e controle em nome da segurança nacional e da ordem mundial, sustentando discursos que opõem “nós” e “eles”, “desenvolvidos” e “atrasados”, “civilização” e “barbárie”. Essa interpretação se materializa particularmente em contextos de crise política, nos quais o medo e a desconfiança da população criam um ambiente propício à ascensão do populismo e,

com ele, à produção de inimigos a serem combatidos, tanto na esfera interna quanto externa (Walker, 1993 *apud* Leite, 2013).

Complementarmente, observa-se também o resgate do reaganismo, sobretudo no que refere ao combate ao narcotráfico. Foi no governo do ex-presidente estadunidense Ronald Reagan que teve início a "Guerra às Drogas", com foco na América do Sul, vista como uma região periférica produtora dessas substâncias e, consequentemente, como a origem do problema (Shahadeh, 2023). Essa guerra desempenhou um papel significativo no Brasil e na região sul-americana em geral, contribuindo para a criminalização da pobreza, o aumento da população carcerária e o agravamento de desafios relacionados à saúde pública (Shahadeh; André, 2024). As drogas passaram a ser tratadas como uma ameaça nacional, e a legalização foi amplamente rejeitada sob o argumento de que agravaría o problema. Não é por acaso que uma grande parte da sociedade brasileira mantém uma postura conservadora em relação ao tema, pois essa estratégia geopolítica, imposta pelos Estados Unidos, teve impacto duradouro e consolidou essa visão.

Para Karam (2010), a produção e o comércio de drogas não são, em essência, atividades violentas; é a sua criminalização que desencadeia a violência. A chamada "guerra às drogas" é, na prática, dirigida contra pessoas — sobretudo aquelas em situação de maior vulnerabilidade social e econômica — o que se reflete na forte presença das forças policiais e militares nas periferias. De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023, dos mais de 850 mil presos no Brasil, cerca de 70% são negros, totalizando aproximadamente 470 mil pessoas (FBSP, 2023).

Vale lembrar que, em 11 de abril de 2019, Bolsonaro aprovou o Decreto nº 9.761/2019, que instituiu a nova política nacional de drogas, pautada exclusivamente na abstinência como forma de tratamento aos usuários. Em maio do mesmo ano, seu governo censurou os dados do 3º Levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas pela População Brasileira, conduzido pela Fundação Oswaldo Cruz, sob a justificativa de discordar dos resultados apresentados. O estudo, que custou cerca de 7 milhões de reais aos cofres públicos, acabou não sendo divulgado por contrariar a narrativa do então ministro da Cidadania, Osmar Terra, de que o país estaria enfrentando uma epidemia de drogas — constatação que, segundo a pesquisa, não se sustentava (Obaldia; Finger, 2021).

É importante destacar que o ciclo progressista que se estabilizou na América Latina na década de 2000 só poderia realmente avançar em direção à integração se tivesse se distanciado da “Guerra às Drogas”, do fortalecimento do Estado penal e da criminalização das lutas populares (Shahadeh; André, 2024). Esse fator contribuiu para a incompletude do seu desenvolvimento social recente da região. Poderia ter aproveitado o início do século XXI para a concretização de projetos integrationistas<sup>15</sup>, considerando que, nesse período, os EUA estavam envolvidos na Guerra contra o Terrorismo.

Durante o mandato de George W. Bush (2001-2009), o militarismo dos Estados Unidos continuou a se expandir internacionalmente, mas, ao contrário da década anterior, o foco não estava mais no combate ao comunismo ou ao narcotráfico. Em vez disso, a principal prioridade foi a luta contra o islamismo no Oriente Médio, especialmente após os ataques de 11 de setembro de 2001, que deram início à chamada “Guerra ao Terror”. A administração estadunidense, influenciada por ideais neoconservadores, justificou as invasões do Afeganistão e do Iraque como medidas necessárias para a promoção da democracia e a proteção dos direitos humanos na região. A retórica oficial sustentava que a intervenção militar era crucial para derrubar regimes autoritários e estabelecer governos democráticos, exportando a democracia pelo uso da força militar (Leite, 2012).

A influência dessa política intervencionista dos EUA ganhou destaque no Brasil durante e após o mandato de Bolsonaro. Um exemplo disso é a forte defesa do sionismo e apoio ao Estado de Israel por parte da nova direita conservadora evangélica em relação à Palestina. Segundo Lacerda (2018), parte da aliança entre evangélicos e sionistas é estratégica, remontando a um período anterior aos atentados de 11 de setembro. Em 1967, na Guerra dos Seis Dias, Israel capturou Jerusalém e iniciou a ocupação dos territórios conhecidos na Bíblia como Judeia e Samaria. Daí a forte atenção da direita cristã e evangélica à política do Oriente Médio. Essa interpretação bíblica foi tema constante nas principais redes cristãs de TV, rádios evangélicas e ministérios de difusão religiosa.

---

<sup>15</sup> Os projetos integrationistas são estratégias adotadas pelos países para promover a cooperação, a inserção e a afirmação no cenário internacional, buscando fortalecer suas bases geopolíticas e econômicas por meio dessa articulação conjunta (Decresci, 2018).

Esse posicionamento se manifestou também na retórica de segurança nacional, incorporando elementos da “Guerra ao Terror” e associando, sem comprovação alguma, as comunidades muçulmanas da Tríplice Fronteira (Brasil, Argentina e Paraguai), bem como grupos como Hezbollah e Hamas<sup>16</sup>, ao terrorismo internacional, estimulando a xenofobia e a vigilância excessiva do Estado. Em geral, essa postura de apoio irrestrito à política israelense demonstra um comprometimento com os princípios geopolíticos dos EUA, principalmente na defesa de um modelo intervencionista, fundamentado na imposição de sua visão da ordem mundial, seja no Oriente Médio ou em outras regiões.

Portanto, esse alinhamento no Brasil e em outros países tem gerado divisões políticas e sociais, salientando a complexidade das relações internacionais atuais e o peso das influências religiosas nas decisões políticas. Em síntese, a articulação entre as escalas globais, nacionais e regionais, conforme proposto por Neil Smith, permitiu entender como as três guerras ideológicas estadunidenses foram territorializadas no país: a “Guerra ao Comunismo” atuou como um discurso político para associar governos progressistas à ideologia comunista; a “Guerra às Drogas” serviu à criminalização das populações mais pobres e ampliou o papel das forças militares e policiais; e a “Guerra ao Terror” se expressou por meio de alianças com Israel e pela estigmatização de populações árabes, sustentando, dessa forma, a ascensão da nova direita.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A inclusão das três guerras ideológicas – ao Comunismo, às Drogas e ao Terror – revela como essas estratégias influenciaram (e ainda influenciam) o cenário político nacional, refletindo interesses geopolíticos dos Estados Unidos na manutenção de sua hegemonia. Essas agendas, baseadas no enfrentamento a inimigos difusos, foram incorporadas durante o governo Bolsonaro. A ascensão do conservadorismo, do evangelismo político e da nova direita no Brasil está profundamente ligada a essa lógica de dependência e subordinação a projetos hegemônicos estadunidenses.

A nova direita, ao contrário de sua antecessora mais discreta, assumiu uma postura conservadora e moralizante, marcada pela negação de direitos historicamente

---

<sup>16</sup> Trump volta a citar a Tríplice Fronteira ao reacender suspeitas sobre o Hezbollah e oferecer recompensa por informações. Ver: PARO, D. Sem provas, EUA reacendem suspeitas sobre Hezbollah na Tríplice Fronteira. H2FOZ, 2025. Disponível em: <https://www.h2foz.com.br/reportagem-especial/sem-provas-eua-reacendem-suspeitas-sobre-hezbollah-na-triplice-fronteira/>. Acesso em: 23 maio 2025.

conquistados por minorias sociais e pela revalorização de valores patriarcais e autoritários. Esse conservadorismo resgata a nostalgia da ditadura militar e criminaliza adversários políticos, com base em uma retórica de “restauração da ordem” herança da Guerra Fria e do anticomunismo difundido pelos EUA.

Tais elementos também foram incorporados por setores religiosos, notadamente pelo evangelismo, que se consolidou como ator político relevante e contribuiu para o aprofundamento da polarização interna. A nova direita brasileira, portanto, não surgiu espontaneamente, mas é o resultado de décadas de influência ideológica externa e ressentimento da elite com relação aos avanços sociais feitos por governos progressistas, como os do Partido dos Trabalhadores (PT).

Em relação à Guerra às Drogas, observou-se a transposição de um modelo penal e repressivo estadunidense para o contexto brasileiro. Sob a justificativa de combater o tráfico, as políticas proibicionistas reforçaram o aparato militar do Estado, propiciando o encarceramento em massa e a criminalização da pobreza. No governo Bolsonaro, esse modelo foi exacerbado, consolidando uma cultura política punitiva legitimada pelo medo.

Já a Guerra ao Terror encontrou um terreno fértil para a disseminação de narrativas excludentes e xenófobas, como evidenciado o alinhamento do bolsonarismo a Israel no conflito em Gaza. Essa posição é acompanhada por uma retomada da segurança nacional que busca justificar práticas de vigilância, sobretudo em regiões com forte presença de árabes-muçulmanos, como a Tríplice Fronteira. Esse discurso sionista é assimilado amplamente por setores evangélicos, que reinterpretam os conflitos globais a partir de uma perspectiva religiosa maniqueísta, pautada na oposição entre o “bem” e o “mal”.

Ao adotar estratégias ideológicas alinhadas aos Estados Unidos – especialmente ao modelo de Donald Trump –, Bolsonaro impulsionou uma agenda moralista e repressiva disfarçada de defesa da “liberdade” e da “ordem”. Com base em narrativas de medo e exclusão, reforçou o discurso do “inimigo interno”, enfraquecendo o Estado social e acirrando a polarização política. Portanto, faz-se necessário compreender o avanço do conservadorismo e do evangelismo no Brasil como parte de um processo articulado globalmente, no qual as Guerras às Drogas e ao Terror cumprem papel central – questão que será objeto de aprofundamento em agendas futuras de pesquisa.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. Desemprego fecha 2013 com menor média anual da série histórica. **Agência Brasil**, 30 jan. 2014. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2014-01/denise-desemprego-funcia-2013-com-menor-media-anual-da-serie-historica>. Acesso em: 16 maio 2025.

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. Censo 2010: número de católicos cai e aumenta o de evangélicos, espíritas e sem religião. **Agência IBGE Notícias**, 29 jun. 2012. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14244-asi-censo-2010-numero-de-catolicos-cai-e-aumenta-o-de-evangelicos-espiritas-e-sem-religiao>. Acesso em: 18 maio 2025.

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. IPCA de dezembro fica em 0,92% e fecha 2013 em 5,91%. **Agência IBGE Notícias**, 10 jan. 2014. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14551-asi-ipca-de-dezembro-fica-em-092-e-fecha-2013-em-591>. Acesso em: 16 maio 2025.

AZEVEDO, Camila. Amazônia: zona estratégica aos interesses militares dos EUA. **Liberal Amazon**, Belém, 25 nov. 2023. Disponível em: <https://www.liberalamazon.com/pt-BR/seguranca/news/amazonia-zona-estrategica-aos-interesses-militares-dos-eua>. Acesso em: 13 maio 2025.

BARROS, Antonio Teixeira. O debate parlamentar sobre a Comissão Nacional da Verdade no Congresso Nacional brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 35, p. e3510401, 2020.

BIANCHI, Alvaro. A guerra que estamos perdendo. In: DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane (orgs.). **A onda Conservadora: Ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016, p. 121–124.

BICHIR, Maíra Machado. **A questão do Estado na teoria marxista da dependência**. 2017. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política**. Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BRADLEY, Mark Philip. Decolonization, the global South, and the Cold War, 1919-1962. In: LEFFLER, M; WESTAD, O. A(ed.). **The Cambridge history of the Cold War**. New York: Cambridge University Press, 2010, p. 464-485.

BRASIL. Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020. Dispõe sobre medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 158, n. 65, p. 1, 2 abr. 2020. Disponível

em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/l13982.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13982.htm). Acesso em: 18 maio 2025.

BUARQUE, Daniel. Em entrevista a rádio dos EUA, Bolsonaro defende a ditadura militar. **Blog do Brasilianismo**, 31 jul. 2018. Disponível em: <https://brasilianismo.blogosfera.uol.com.br/2018/07/31/em-entrevista-a-radio-dos-eua-bolsonaro-defende-a-ditadura-militar/>. Acesso em: 02 jan. 2025.

BURITY, Joanildo. ¿Ola conservadora y surgimiento de la nueva derecha cristiana brasileña? la coyuntura postimpeachment en Brasil. **Ciencias Sociales y Religión**, Campinas, SP, v. 22, n. 00, p. e020015, 2020.

COCKBURN, Patrick. **A Origem do Estado Islâmico: O Fracasso da "Guerra ao Terror" e a ascensão jihadista**. Rio de Janeiro: Editora Autonomia Literária, 2018.

CORREA, Marco Aurélio da Conceição; SOTERO, Elaine. Sonhos de Prosperidade e Esperança: Vidas em Sintonia nos Universos das Culturas Periféricas de São Paulo. **Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**. v. 13, n. 4, p. 427-440, jul./dez. 2020.

CUNHA, Christina Vital. “Traficantes evangélicos”: novas formas de experimentação do sagrado em favelas cariocas. **Plural**, v. 15, p. 23-46, 2008.

DECRESCI, Samuel. **A participação do Congresso Uruguaio na política externa do país e a relação com os projetos integraçãoistas (2000-16)**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Araraquara, 2018.

DREGER, Fabrício Brugali. **Integração na América do Sul: Unasul e o Conselho de Defesa Sul-Americano**. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

DU MEZ, Kristin Kobes. **Jesus e John Wayne: como o evangelho foi cooptado por movimentos culturais e políticos**. Belo Horizonte: Thomas Nelson Brasil, 2022.

ECLAC. Foreign Direct Investment in Latin America and the Caribbean 2022. **ECLAC**, 2022. Disponível em: <https://www.cepal.org/en/publications/48521-foreign-direct-investment-latin-america-and-caribbean-2022>. Acesso em: 13 maio 2025

FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando. **Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)**. São Paulo: Editora 34, 2004.

FOLHA DE SÃO PAULO. Com 60%, Bolsonaro mais que dobra vantagem sobre Haddad entre evangélicos, diz Datafolha. **Folha de S. Paulo**, 10 out. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/com-60-bolsonaro-mais-que-dobra-vantagem-sobre-haddad-entre-evangelicos-diz-datafolha.shtml>. Acesso em: 02 jan. 2025.

FORBES BRASIL. EUA oferecem ao Brasil uso de satélites para monitorar a Amazônia. **Forbes Brasil**, São Paulo, 24 jul. 2023. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-tech/2023/07/eua-oferecem-ao-brasil-uso-de-satelite-para-monitorar-a-amazonia/>. Acesso em: 13 maio 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública: 2023. **FBSP**, 2023. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/721e3396-1a66-4ff6-8ceb-ea319684a57a>. Acesso em: 23 maio 2025.

FRESTON, Paul. **Protestantismo e política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment**. 1993. 307 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1993.

FRIEDMAN, George. **A próxima década**. Rio de Janeiro: Novo Conceito, 2012.

GALINDO, Geraldo. 50 anos do golpe: ditadura, igreja e imprensa. **Revista Berro**, 13 abr. 2014. Disponível em: <https://revistaberro.com/50-anos-do-golpe-ditadura-igreja-e-imprensa/>. Acesso em: 17 mai. 2025.

GIOVANAZ, Daniel. Bolsonaro encerra grupos responsáveis por identificar ossadas de vítimas da ditadura. **Brasil de Fato**. Fato, São Paulo, 22 abr. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/04/22/bolsonaro-encerra-grupos-responsaveis-por-identificar-ossadas-de-victimas-da-ditadura>. Acesso em: 02 de janeiro de 2025.

GONÇALVES, Rafael Bruno. A candidatura de Pastor Everaldo nas eleições presidenciais de 2014 e as metamorfoses do discurso político evangélico. **Debates do NER**, p. 323-348, 2015.

GRANDIN, Greg. **Empire's workshop: Latin America, the United States, and the rise of the new imperialism**. Nova York: Metropolitan Books, 2006.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRIMBERG, Candelaria. Argentina's Milei hosts Trump allies, Bolsonaro clan at right-wing summit. **Reuters**, 4 dez. 2024. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/americas/argentina-milei-hosts-trump-allies-bolsonaro-clan-right-wing-summit-2024-12-04>. Acesso em: 17 maio 2025.

GUZZI, André Cavaller. **As relações EUA-América Latina: medidas e consequências da política externa norte-americana para combater a produção e o tráfico de drogas ilícitas**. 2008. 181 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Universidade Estadual Paulista; Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2008.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991.** São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

HUNTINGTON, Samuel. **Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial.** Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

HUNTINGTON, Samuel. Conservatism as an Ideology. **American political science review**, v. 51, n. 2, p. 454-473, 1957.

IPEA. Crescimento dos estabelecimentos religiosos no país é liderado por igrejas pentecostais e neopentecostais. **Ipea**, 7 dez. 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/14594-crescimento-dos-estabelecimentos-religiosos-no-pais-e-liderado-por-igrejas-pentecostais-e-neopentecostais>. Acesso em: 02 jan. 2025.

IZQUIERDO, Marcelo. Lloró por ustedes: Payo, el “Bolsonaro de Paraguay” que salió tercero e irrumpirá con fuerza en el Congreso. Buenos Aires: **Todo Noticias**, 2 maio 2023. Disponível em: <https://tn.com.ar/internacional/2023/05/02/lloro-por-ustedes-pel-el-bolsonaro-de-paraguay-que-salio-tercero-e-irrumpira-con-fuerza-en-el-congreso/>. Acesso em: 17 maio 2025.

JUNIOR, José Wilson Assis Neves. Representações do conservadorismo contemporâneo: o pensamento político de Antônio Ferreira Paim. **Revista Relegens Thréskeia**, Curitiba, v. 8, n. 2, p. 68-93, 21 jan. 2019.

JUNIOR, Osorio Vieira Borges. Política e religião no Governo Bolsonaro: práticas de governamentalidade e maneiras de resistência. **Das Amazôncias**, Rio Branco, v. 7, n. 1, p. 29-38, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.29327/268903.7.1-3>. Acesso em: 17 maio 2025.

KONCHINSKI, Vinicius. Bolsonaro já privatizou um terço das estatais. **Brasil de Fato**, 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/06/14/bolsonaro-ja-privatizou-um-terco-das-estatais>. Acesso em: 08 jan. 2025.

LACERDA, Marina. Contra o comunismo demoníaco: o apoio evangélico ao regime militar brasileiro e seu paralelo com o endosso da direita cristã ao governo Bolsonaro. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 1, p. 153-176, 2022.

LACERDA, Marina Basso. Jair Bolsonaro: a agenda defendida em sua trajetória política. In: GUADALUPE, J. L. P. e CARRANZA, B. (Ed.). **Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung., p. 289-308, 2020.

LACERDA, Marina Basso. **Neoconservadorismo de periferia: articulação familista, punitiva e neoliberal na Câmara dos Deputados**. Tese (Doutorado em Ciência Política)

- Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

LATHAM, Michael. The Cold War in the Third World, 1963-1975. In: LEFFLER, M; WESTAD, O. A(ed.). **The Cambridge history of the Cold War**. New York: Cambridge University Press, p. 258-280. v. 2. 2010.

LEITE, Lucas Amaral Batista. **A construção do inimigo nos discursos presidenciais norte-americanos do pós-Guerra Fria**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

LEITE, Lucas Amaral Batista. A influência do discurso neoconservador na política externa americana e suas consequências. **Fronteira: revista de iniciação científica em Relações Internacionais**, Belo Horizonte, v. 7, n. 13, p. 39–55, 2012.

LIMA, Kátia Regina Rodrigues; FERREIRA, Emmanoel Lima; Patric Anderson Gomes. A política externa no governo Bolsonaro: autonomia ou alinhamento aos EUA? **Cadernos do GPOSSHE On-line**, v. 4, n. 1, p. 1–15, 2023.

MARTINI, Fernando. Constituição participa dos exercícios de tiro contra o USS Connolly. **Poder Naval**, 7 maio 2009. Disponível em: <https://www.naval.com.br/blog/2009/05/07/f42-constituicao-participa-dos-exercicios-de-tiro-contra-o-uss-connolly/>. Acesso em: 13 maio 2025.

MAZUI, Guilherme; BARBIÉRI, Luiz Felipe. Bolsonaro assina decreto que facilita posse de armas. **G1**, Brasília, 15 jan .2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/15/bolsonaro-assina-decreto-que-facilita-posse-de-armas.ghtml> . Acesso em: 08 jan. 2025.

MIGUEL, Luís Felipe. **O colapso da democracia no Brasil: da constituição ao golpe de 2016**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019.

MOLL, Roberto. O Neoconservadorismo nos Estados Unidos da América: As Ideias de Irving Kristol e a Experiência Política no Governo Ronald Reagan (1981-1989). **Revista de História (São Paulo)**, n. 180, p. a01520, 2021.

MUNHOZ, Sidnei. **Guerra Fria História e Historiografia**. Curitiba: Editora Appris, 2020.

ÑANDUTÍ. Payo Cubas a favor de la pena de muerte "al que roba el erario público". Ñandutí, 20 abr. 2023. Disponível em: <https://nanduti.com.py/payo-cubas-a-favor-de-la-pena-de-muerte-al-que-roba-el-erario-publico>. Acesso em: 17 maio 2025.

NERY, Tiago. **A política externa brasileira e a UNASUL: geopolítica e expansão do capitalismo brasileiro na América do Sul**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (EdUERJ), 2021. 380 p. ISBN 978-65-991111-2-9. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9786587949192> . Acesso em: 10 maio. 2025.

OBALDIA, Bruna Andrade; FINGER, Anays. O discurso conservador do governo Bolsonaro à política de drogas no país enquanto violador de direitos humanos: entre fake news, preconceitos e saúde pública. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Processo Coletivo e Cidadania**. p. 437-449, 2021.

OLIVEIRA, Augusto Neftali Corte. Neoliberalismo durável: o Consenso de Washington na Onda Rosa Latino-Americana. **Opinião pública**, v. 26, n. 1, p. 158-192, 2020.

OLIVEIRA, Francisco Mesquita. A ascensão do conservadorismo no Brasil: surgimento e atuação de movimentos sociais conservadores. **XXXI Congresso Latino-Americano de Sociologia**, Montevideo, 2017.

OSÓRIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

PINTO, Messias de Sá; GUIMARÃES, M. H. O Mercosul e a Alca: os interesses (irre) conciliáveis da União Européia e dos EUA. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 48, p. 129-150, 2005.

PIRES, Thiago Vieira; VIOLA, Solon Eduardo Annes. Memórias da ditadura e o atual cenário de ascenso conservador no Brasil-Uma análise sobre continuidades e rupturas. **Imaginarios sociales y memorias: itinerarios de América Latina**, editado por Paulo Henrique Martins [et al]. Buenos Aires: Teseo, p. 27-50, 2019.

RAMÍREZ, Hernán. Autoritarismo y democracia en América Latina.: Una perspectiva a través de la historia reciente de Argentina y Brasil. **Naveg@ mérica - Revista electrónica editada por la Asociación Española de Americanistas**, España, n. 6, 2011.

RAMIREZ, A. et al. Resquícios de práticas da ditadura militar persistem na sociedade brasileira. **Portal Jornalismo ESPM**, 28 maio 2014. Disponível em: <https://jornalismosp.espm.edu.br/resquicios-de-praticas-da-ditadura-militar-persistem-na-sociedade-brasileira/>. Acesso em: 02 maio 2025.

RAMOS, Vitória Almeida; CALANDRIN, Karina Strange. Ascensão do conservadorismo na Argentina e Brasil na redemocratização. **Conjuntura Global**, Curitiba, v. 10, n. 3, 2021.

RECUERO, Raquel; SOARES, Felipe; VINHAS, Otávio. Discursive strategies for disinformation on WhatsApp and Twitter during the 2018 Brazilian presidential election. **First Monday**, v. 26, n. 1, 2021.

RIBEIRO, Ana Maria Motta. Sociologia do narcotráfico na América Latina e a questão camponesa In: RIBEIRO, A. M. M.; IULIANELLI, J. A. S. (Org.). **Narcotráfico e violência no campo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

ROCHA, Camila. **Menos Marx, mais Mises**: o liberalismo e a nova direita no Brasil. São Paulo: Todavia, 2021.

RODRÍGUEZ, Juan Pablo. The politics of neoliberalism in Latin America: Dynamics of resilience and contestation. **Sociology Compass**, v. 15, n. 3, p. e12854, 2021.

ROQUE, Tatiana; PATRÍCIO, Mariana. As pautas e os ecos de Junho de 2013. **Revista Cult**, [S. I.], 6 jun. 2018. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/as-pautas-e-os-ecos-de-junho-de-2013/>. Acesso em: 16 maio 2025.

SANTOS, Fábio Luís Barbosa; PERRUS, Marco Antonio; SILVA OLIVEIRA, Marinalva. **O pânico como política: o Brasil no imaginário do Lulismo em crise**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2020.

SHAHADEH, Haia Ayman. **A guerra contra as drogas e a geopolítica estadunidense para a América do Sul**. 2023. Dissertação (Mestrado em Integração Contemporânea da América Latina) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2023.

SHAHADEH, Haia Ayman; ANDRÉ, André Luís. Guerra às drogas na América do Sul. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 15 mar. 2024. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/guerra-as-drogas-america-do-sul/>. Acesso em: 20 jun. 2024.

SIMIONI, Fabiane; KYRILLOS, Gabriela. Política Externa no Governo Bolsonaro (2019-2021): Disputas Discursivas e Rupturas Institucionais nas Políticas De Gênero. **Dados**, v. 67, n. 4, p. e20220040, 2023.

SINGER, André. **O lulismo em crise**: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). Editora Companhia das Letras, 2018.

SMITH, Neil. Geografia, diferencia y políticas de escala. **Terra Livre**, São Paulo, v. 2, n. 19, p. 127- 146, jul./dez. 2002.

SOUZA, Jamerson. **Tendências ideológicas do conservadorismo**. São Paulo: Editora Dialética, 2024.

TOQUETTI, Gabriela Ferrari. Jornadas de Junho. **São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP**, 30 jun. 2023. Disponível em: <https://www.fflch.usp.br/69754>. Acesso em: 16 maio 2025.

WALKER, Rob. **Inside/outside: international relations as political theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.